

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>		
<b>Autor:</b> Dep. José Domingos Fraga		

**Altera e acrescenta dispositivos a Constituição do Estado de Mato Grosso - MT.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, nos termos do que dispõe o artigo 38 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Altera o § 3º do art. 24 da Constituição do Estado de Mato Grosso, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 24 (...)**

**(...)**

**§ 3º** Os membros da Mesa e seus respectivos substitutos serão eleitos para um mandato de 02 (dois) anos, na forma estabelecida pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proibida a reeleição para os mesmos cargos.”

**Art. 2º** Altera o §6º do Art. 34 da Constituição do Estado de Mato Grosso, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 34 (...)**

**(...)**

**§6º** Para o segundo biênio, a eleição da Mesa dar-se-á na Ordem do Dia da primeira sessão do mês de setembro do segundo ano legislativo, tomando posse os eleitos em 1º de fevereiro do ano seguinte.”

**Art. 3º** Acrescenta o §7º ao Art. 34 da Constituição do Estado de Mato Grosso, com a seguinte redação:

**Art. 34 (...)**

(...)

**§7º** A Durante o recesso parlamentar, com início em 22 de dezembro e término em 02 de fevereiro, fica vedada a transição entre os Membros da Mesa Diretora em fim de mandato e os eleitos para o Biênio seguinte, permanecendo, nesse período, todas as atribuições do Presidente e Vice-Presidente em exercício.

**Art. 4º** Esta emenda constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 14 de Abril de 2016

**José Domingos Fraga**  
Deputado Estadual

## **JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda Constitucional visa alterar o dispositivos da Constituição do Estado de Mato Grosso para garantir que as eleições para a Mesa Diretora ocorram no mês de setembro e a posse dos eleitos em 01 de fevereiro do ano seguinte, vendando a reeleição para os mesmos cargos bem como quaisquer regras de transição durante o recesso parlamentar.

Posto isto, é a síntese necessária para justificar a presente Emenda Constitucional, esperando-se sua aprovação por unanimidade dos membros dessa Egrégia Casa Legislativa.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 14 de Abril de 2016

**José Domingos Fraga**  
Deputado Estadual